

Dívida Pública Um ilusório equilíbrio nas contas

Olhando-se os grandes números, parece que as contas públicas estão evoluindo dentro do previsto e das metas acordadas com o FMI. Todos os níveis de governo – federal, estadual, municipal e empresas estatais – registraram superávit primário (receitas menos despesas não financeiras). No que se refere apenas ao governo central, o primeiro semestre terminou com superávit primário de R\$ 12,2 bilhões, quase sete vezes superior ao do mesmo período do ano passado. A meta prevista no acordo com o FMI foi cumprida com folga até aqui e há uma boa possibilidade de que venha a ser cumprida para todo este ano.

Com esses números, muitos políticos, mas também economistas e consultores, especialmente estrangeiros, poderão sustentar que está resolvido o problema do déficit público no Brasil. E que até é possível gastar mais.

Uma observação mais criteriosa, porém, mostra que não há equilíbrio estrutural. O superávit decorre de distorções nos dois lados da conta, na receita e na despesa.

A receita de impostos, contribuições e taxas está crescendo – e essa é a primeira distorção. Não faz sentido a arrecadação do governo aumentar num momento em que a economia está em recessão. Isso indica que o setor privado vende menos, produz menos, lucra menos – e é

chamado a pagar mais impostos. O contrário é que deveria estar acontecendo.

Além disso, os impostos, taxas e contribuições são da pior qualidade. Na verdade, são expedientes arranjados para fechar as contas, piorando ainda mais um regime tributário já ruim. Não é de estranhar, portanto, que haja uma infundável disputa nos tribunais – e eis aí uma evidência da precariedade do superávit primário realizado até aqui.

Muitas ações contestando especialmente as contribuições já obtiveram liminares suspendendo o pagamento, com o que se frustra parte da arrecadação prevista. Qual a reação do governo? Prepara outras contribuições para tapar os buracos.

Pesquisa feita pela empresa Arthur Andersen compara o sistema tributário de 28 países, para mostrar os absurdos brasileiros. Alguns exemplos: só Brasil e Colômbia têm CPMF; nos impostos sobre valor agregado (como ICMS e IPI), as alíquotas brasileiras são as maiores, o dobro da média latino-americana, quase três vezes a média asiática; a alíquota máxima de imposto de renda para pessoa jurí-



dica é de 37% no Brasil, contra 30% na média da América Latina e 28% na Ásia.

No lado das despesas do governo federal, nota-se uma redução nos gastos correntes e de investimentos neste ano. Este é um dado importante, porque essas despesas (que excluem pessoal, benefícios previdenciários e juros) cresceram continuamente nos quatro anos do primeiro mandato do governo Fernando Henri-

que. Em 1994, essas despesas representavam 3,26% do Produto Interno Bruto (PIB). No ano passado, chegaram a 4,72%. As várias promessas de ajuste não foram cumpridas.

Desde então, até maio deste ano, essas despesas sofreram uma redução expressiva em relação aos cinco primeiros meses de 1998. Mas isso não será suficiente para contrabalançar as contas que continuam crescendo, as da Previdência em especial.

Os benefícios pagos pelo INSS cresceram pouco mais de 10%, contra um ganho nas receitas de 0,8%. O déficit na Previdência pública também está piorando. Enquanto crescem as aposentadorias pagas aos servidores, o aumento da contribuição previden-

ciária dos funcionários vai sendo derrubada nos tribunais.

Eis a conclusão: o governo, quando consegue, corta despesas em tudo, inclusive nos gastos sociais, para pagar aposentadorias e pensões, um déficit crescente. Essa é a síntese correta das contas públicas brasileiras – e que está longe de ser promissora. A reforma previdenciária feita até aqui apenas reduz a velocidade

**Uma
observação
criteriosa
mostra que
falta equilíbrio
estrutural**

de crescimento do déficit, de modo que não há erro em dizer que, do ponto de vista estrutural, as contas públicas brasileiras estão no vermelho.

Assim continuarão enquanto não se avançar na segunda reforma da Previdência – apesar dos novos impostos e contribuições criados para forjar um superávit primário que onera a economia nacional. O mínimo que os governos, nos três níveis, poderiam fazer, aproveitando a reforma administrativa que já existe e, até mesmo, as negociações em andamento entre União e governos estaduais, seria um esforço coordenado para pelo menos deter o crescimento dos dispêndios.